

HABEAS CORPUS Nº 567.795 - PB (2020/0072234-3)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : JORGE MÁRCIO PEREIRA
ADVOGADO : JORGE MARCIO PEREIRA - PB016051
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PACIENTE : DAMIAO PEREIRA DE LIMA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* profilático, com pedido de liminar, impetrado em favor de DAMIAO PEREIRA DE LIMA, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

O Tribunal local, em decisão rarefeita, ao denegar o pedido liminar formulado no *writ* originário de n. 080103-3.2020..15.0000, manteve a segregação cautelar do ora paciente, decretada pelo Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Água Branca/PR, bem como determinou o regular prosseguimento do feito.

Consta dos autos que em 13/12/2019 autoridade policial representou pela prisão preventiva do ora paciente, sendo esta decreta em **19/12/2019**, e ulteriormente mantida pelas instâncias ordinárias, decorrente de suposta incursão do agente nas sanções dos arts. 33, *caput*, e 35, *caput*, ambos da Lei n. 11.334/06, nos autos da Operação "Rabo de Gata".

Sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que, face ilegalidade da delação premiada procedida por corré, despida da regular homologação, nos moldes da Lei n. 2.850/13 e subscrita por patrono cuja inscrição, nos quadros da OAB, está cancelada, bem como devido à ausência de indícios de autoria e materialidade delitiva, o trancamento da presente persecução criminal, despida de justa causa, é medida ambulatorial de rigor.

Nesse contexto, roga o impetrante pelo relaxamento da prisão preventiva alhures, expedindo-se em favor do paciente premente alvará de soltura e, na sequência, seja-lhe concedida a liberdade provisória incondicionada ou, mediante a cominação de medidas cautelares alternativas, não prisionais, nos moldes do art. 319 do CPP.

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não

Superior Tribunal de Justiça

foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. **1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente